

Conselho Federal de Corretores de Imóveis - COFECI

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2017

Brasília-DF - 2017

Gestão: João Teodoro da Silva

Conselho Federal de Corretores de Imóveis - COFECI

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada, nos termos do Parágrafo único, do art. 70, da Constituição Federal. Este relatório foi elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa (IN) Tribunal de Contas da União - (TCU) nº 63/2010, alterada pela Instrução Normativa (IN) Tribunal de Contas da União - (TCU) nº 72/2013, e da Decisão Normativa TCU nº 161/2017.

Lista de Sigla e Abreviações

ABNT - Associação Brasileira de Normas Tecnicas

CCI - Coodenadoria de Controle Interno

CILA - Confederacion Imobiliaria Latna Americana

CIMECH - Confederacion Imobiliaria del Mercosur e Chile

COFECI - conselho Federal de Corretores de Imóveis

CRECI's - Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis

DN - Descisão Normativa

DOU - Diario Oficial da União

IN - Instrução Normativa

IPSAS - Internacional Public Sector Accounting Standards (Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Publico)

IRFS - Internacional Financial Reporting Standards (Normas Internacionais de Contabilidade)

ISAS - Internacional Standards on Auditing (Normas Internacional de Auditoria)

NBC - Norma Brasileira de Contabilidade

NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Publico

PCCS - Plano de Cargos e Salários

SPEED - Sistema Publico de Escrituração DIgital

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

TCU - Tribunal de Contas da União

UJ - Unidade Jurisdicionada

VPA - VPA

VPD - Variação Patrimonial Diminutiva

Lista de Tabelas e Quadros

- Quadro 1 Previsão e Arrecadação por Natureza
- Quadro 2 Despesas por Modalidade de Contratação- Creditos Originários
- Quadro 3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa Créditos Originários
- Quadro 4 Distribuição da Força de trabalho por área estratégica
- Quadro 5 Demonstrativo das despesas com pessoal
- Quadro 6 Principais Sistemas Computacionais em Uso

Lista de Gráficos e Figuras

Figura 1 – Organograma

SUMÁRIO

Relatório de Gestão	•••
Capa	
Folha de Rosto	2
Lista de siglas e abreviações	3
Lista de tabelas e quadros	4
Lista de gráficos e figuras	5
Lista de anexos e apêndices	
Sumário	(
2 - APRESENTAÇÃO	ģ
3 - VISÃO GERAL DA UNIDADE	10
3.1 - Finalidade e competências	10
3.2 - Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade	10
3.3 - Breve histórico da entidade	10
3.4 - Organograma	1
4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	13
4.1 - Planejamento Organizacional	13
4.1.1 - Descrição sintética dos objetivos do exercício	14
4.1.2 - Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	13
4.2 - Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	1:
4.3 - Desempenho Orçamentário	13
4.3.1 - Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da Unidade	10
4.3.2 - Execução descentralizada com transferência de recursos	10
4.3.3 - Informações sobre a realização das receitas	10
4.3.4 - Informações sobre a execução das despesas	18
4.3.4.1 - Demonstrativo das Despesas totais por modalidade de contratação	18
4.3.4.2 - Demonstrativo das Despesas por grupo e elemento de despesa	19
4.3.5 - Análise Crítica	20
4.4 - Desempenho operacional	20
4.5 - Apresentação e análise de indicadores de desempenho	20
5 - GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	21
5.1 - Descrição das estruturas de governança	2
5.2 - Informações sobre dirigentes e colegiados	2
5.3 - Atuação da unidade de auditoria interna	23
5.4 - Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	23
5.5 - Gestão de riscos e controles internos	23
5.6 - Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados	23

5.7 - Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada	2:
6 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	2
6.1 - Gestão de pessoas	24
6.1.1 - Estrutura de pessoal da unidade	24
6.1.2 - Demonstrativo das despesas com pessoal	2
6.1.3 - Gestão de riscos relacionados ao pessoal	2
6.1.4 - Contratação de mão de obra temporária	2:
6.2 - Gestão da tecnologia da informação	2:
6.2.1 - Principais sistemas de informações	2:
7 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	20
7.1 - Canais de acesso do cidadão	2
7.2 - Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	2
7.3 - Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	2
7.4 - Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	20
8- DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	2
8.1 - Desempenho financeiro no exercício	2
8.2 - Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	3
8.3 - Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	3
8.4 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	3
8.4.1 - Balanço Orçamentário	3
8.4.2 - Balanço Financeiro	32
8.4.3 - Balanço Patrimonial Comparado	32
8.4.4 - Demonstrações das Variações Patrimoniais	32
8.4.5 - Fluxo de Caixa	32
8.4.6 - Notas Explicativas	3:
9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	3
9.1 - Tratamento de determinações e recomendações do TCU	3
9.2 - Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	3
9.3 - Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	3
10 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	3
11 - ANEXOS E APÊNDICES	4
NEXOS	••••
ANEXO I - Quadro 4.3.3.1 A - Demonstrativo da Receita por Origem	4
ANEXO II - Quadro 4.3.3.2 - Previsão e Arrecadação por Natureza	4
ANEXO III - Quadro 4.3.4.1 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - TOTAL	4
ANEXO IV - Quadro 4.3.4.2 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - TOTAL \dots	50
ANEXO V - Quadro 6.1.1.1 - Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12	

ANEXO VI - Quadro 6.1.1.2 - Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12	51
ANEXO VII - Quadro 6.1.1.3 - Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação Apurada 31/12	52
ANEXO VIII - Quadro 8.4.1 - Balanço Orçamentário	53
ANEXO IX - Quadro 8.4.3 - Balanço Patrimonial	54
ANEXO X - Quadro 8.4.4 - Demonstração da Variação Patrimonial	56
ANEXO XI - Quadro 8.4.2 - Balanço Financeiro	58
ANEXO XII - Quadro 8.4.5 - Fluxo de Caixa	60

2 - APRESENTAÇÃO

O Relatório da Gestão 2017 visa apresentar as atividades realizadas pelo Conselho Federal de Corretores de Imóveis – COFECI, durante o exercício. O relatório está estruturado de forma a atender ao disposto no art. 70 da Constituição Federal, na IN TCU nº 63/2010, na DN TCU nº 154/2016, na Portaria TCU nº 161/2017, e nas orientações do órgão de controle interno.

Paralelamente, permite ao COFECI prestar contas à sociedade, e especialmente à classe de Corretores de Imóveis em todo o pais da aplicação dos recursos que arrecada e administra, dando transparência aos resultados de sua gestão.

A linha de gestão e respectivo planejamento adotado pelo COFECI registram a constante atenção com a inovação, a integração e a melhoria da organização e do funcionamento do Sistema. As ações desempenhadas pelo COFECI no ano de 2017 estão alinhadas ao Planejamento Estratégico do Sistema COFECI/CRECI.

No âmbito do Sistema COFECI/CRECI, compete aos Conselhos Regionais realizar o registro e a fiscalização do exercício profissional.

Dessa forma, o relatório está estruturado em 11 (onze) partes em que apresentam: os elementos pré-textuais, apresentação, visão geral da unidade, planejamento organizacional e resultados, governança e gestão de riscos e controles internos, áreas especiais de gestão, relacionamento com a sociedade, desempenho financeiro e informações contábeis, conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle, alem de outras informações relevantes, anexos e apêndices.

3 - VISÃO GERAL DA UNIDADE

3.1 - Finalidade e competências

O Conselho Federal de Corretores de Imóveis – COFECI é uma autarquia federal, com sede na cidade de Brasília – DF.

Criado pela Lei nº 4.116, de 27 de agosto de 1962, posteriormente substituída pela Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, o COFECI tem por objetivo precípuo a normatização, orientação e disciplina do exercício da profissão de Corretor de Imóveis em todo o território Nacional.

O Conselho Federal conta com autonomia administrativa, operacional e financeira conforme Art. 5º da Lei 6530/78, e também têm como função representar, em juízo ou fora dele, os interesses de seus inscritos (art. 7º da Lei 6.530/78).

O Conselho Pleno do COFECI é composto por 50 conselheiros efetivos e 50 suplentes, ou seja, dois representantes efetivos e dois suplentes de cada um dos 25 Conselhos Regionais que compõem o Sistema, eleitos dentre seus membros, para um mandato de 03 (três anos).

É da competência do Pleno eleger sua Diretoria e seu Conselho Fiscal, dentre seus próprios membros, e aprovar o relatório anual, o balanço e as contas, assim como a previsão orçamentária para o exercício seguinte, depois de preparados pela Diretoria e submetidos à apreciação e aprovação pelo Conselho Fiscal.

3.2 - Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

LEI n° 4.116/1962, LEI n° 6.530/1978, DECRETO n° 81.871/1978, LEI n° 10.795/2003, e LEI n° 13.097/2015, ART. 139.

3.3 - Breve histórico da entidade

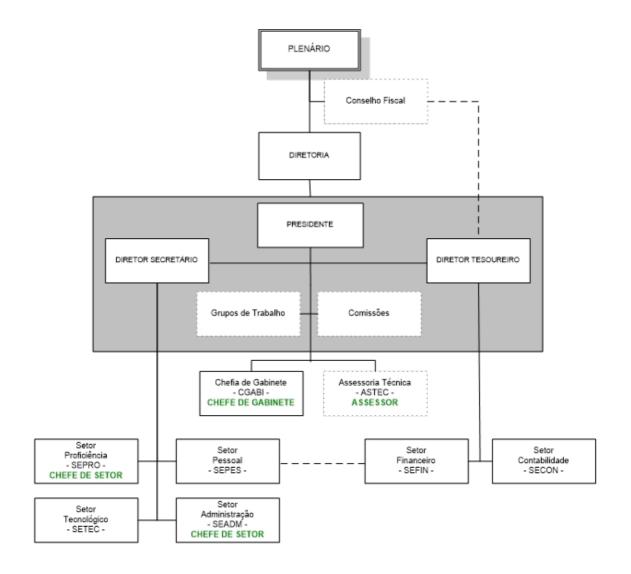
SISTEMA COFECI/CRECI. Criado pela Lei 4.116, de 27 de agosto de 1962, o **Conselho Federal de Corretores de Imóveis – COFECI** completou em 2017, 55 anos de existência. Em 1978, a Lei 4.116/62 foi revogada e substituída pela Lei 6.530, de 12 de maio de 1978, que é regulamentada pelo Decreto 81.871, de 29 de junho de 1978. A Lei 6.50/78, que completa neste ano 40 anos de existência, sofreu alterações em seus artigos 11 e 16, inciso VII, para dispor sobre a eleição nos conselheiros nos Conselhos Regionais e fixar valores máximos para as anuidades devidas pelos corretores de imóveis. (Lei 10.795, de 05 de dezembro de 2003). Também sofreu alteração em seu art. 6º, pelo art. 139 da Lei

13.097/2015, para introduzir a figura do Corretor associado.

O Cofeci é uma entidade autárquica, de caráter especial, com autonomia administrativa, operacional e financeira e prerrogativas legais para normatizar, orientar e disciplinar o exercício da profissão de Corretor de Imóveis em todo o território nacional. O Sistema COFECI/CRECI tem sua estrutura institucional composta pelo Conselho Federal, como órgão normalizador, e 25 Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis em todo o Brasil, cuja missão institucional é a de registrar e fiscalizar o exercício profissional das atividades de intermediação imobiliária em todo o País. Atualmente, o sistema COFECI/CRECI congrega cerca de 280 mil profissionais em atividade e 40 mil empresas de intermediação de negócios imobiliários, proporcionando uma movimentação nesse mercado que viabiliza a cadeia produtiva da construção civil, a qual representa cerca de 18% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro. Sua missão social é garantir aos compradores e investidores do mercado imobiliários, e à sociedade de forma geral, a segurança em seus negócios de transações imobiliárias mediante auxílio de profissionais legalmente habilitados e capacitados para o exercício da profissão de Corretor de Imóveis.

3.4 - Organograma

Figura 1 – Organograma



4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

O COFECI não estabeleceu, em termos expressos, um planejamento organizacional para

o exercício de 2017. Em razão de suas atribuições legais, desenvolve seus trabalhos com

controles próprios, pautando-se sempre pela eficácia das ações, pela eficiência dos atos

de gestão e pela economicidade. A partir do exercício de 2018, a Diretoria planeja adotar

instrumentos de controle e de aferição de resultados, com a elaboração de Plano de Ação

e a instituição de setores de controle como a Controladoria, Setor de Compras e Contratos

e Comissões internas, constituídas por Diretores e funcionários para a elaboração e

acompanhamento das principais ações da Instituição.

o que se refere ao Sistema COFECI/CRECI, o Conselho Federal exerce seu papel legal

de acompanhar e apoiar as ações relacionadas à missão de seus Regionais, na

fiscalização do exercício profissional, visando por consequência ao fortalecimento da

Categoria dos Corretoores de Imóveis nas diversas regiões do País, em defesa da

sociedade e na busca permanente do aperfeiçoamento das relações imobiliárias, numa

visão institucional de valorização profissional pela conduta ética, transparência das ações

e qualidade e efetividade dos resultados obtidos.

A Diretoria do COFECI alinhou ainda o próposito de buscar a uniformidade das ações em

todo o território nacional, a integração de suas unidades (Sistema COFECI/CRECI) e a

interlocução permanente com a sociedade, no sentido de preservar a segurança nos

negócios imobiliários.

Quanto à tranparência de suas ações, foram cumpridas as determinações estabelecidas

na "Lei de Acesso à Informação – LAI", com atualização permanente dos sítios eletrônicos

(Lei 12527/2011)

MISSÃO: Supervisionar a ética dos Corretores de Imóveis em todo o território nacional,

cabendo-nos zelar e trabalhar pelo bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente,

visando à defesa da Sociedade.

VISÃO: Buscar aprimoramento contínuo, inovando sempre.

VALORES: Ética, Transparência, Efetividade e Competência.

4.1 - Planejamento Organizacional

Os objetivos principais do COFECI em 2017 foram:

- Racionalização de processos internos com a digitalização e eliminação de grande quantidade de documentos impressos;
- Centralização do Cadastro Nacional do Corretor de Imóveis CNAI
- Realização de dois seminários de Integração Operacional, contando inclusive com a presença de técnicos do Tribunal de Contas da União, visando à padronização de procedimentos internos de controle;
- Treinamento para presidentes dos Regionais, como forma de desenvolver a capacidade de gestão e formação de lideranças e equipes especializadas.
- Realização de quatro Sessões Plenárias presenciais, acompanhadas de reuniões da Diretoria, reuniões de Presidentes de CRECIs e reuniões das cinco Câmaras Recursias (julgamento de processos em grau de recurso), além de uma Sessão Plenária virtual para decisão do valor da anuidade de 2018.

Esses objetivos foram alcançados pelnamente, com a realização dos eventos programados:

- 1º Seminário de Integração, realizado em Foz do Iguaçu, no período de 13 a 15 de fevereiro de 2017
- 2º Seminário de Integração Operacional, no mesmo local, nos dias 06 a 08 de junho de 2017.

4.1.1 - Descrição sintética dos objetivos do exercício

Os objetivos principais do COFECI em 2017:

- Racionalização de processos internos com a digitalização e eliminação de quantidade de documentos impressos;
- Centralização do Cadastro Nacional do Corretor de Imóveis CNAI
- Realização de 2 seminários de Integração Operacional, contando inclusive com a presença de técnicos do Tribunal de Contas da União, visando à padronização de procedimentos internos de controle;
- Treinamento para presidentes dos Regionais, como forma de desenvolver a capacidade de gestão e formação de lideranças e equipes especializadas.

Esses objetivos foram alcançados pelnamente, com a realização dos eventos programados:

- 1º Seminário de Integração, realizado em Foz do Iguaçu, no período de 13 a 15 de fevereiro de 2017

- 2º Seminário de Integração Operacional, no mesmo local, nos dias 06 a 08 de junho de 2017.

4.1.2 - Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Todos os eventos e ações efetivadas no exercício de 2017, pelo COFECI, foram realizadas com a estrita vinculação à missão e à visão institucional, com a obtenção dos resultados esperados. É de se registrar que o COFECI incentivou ações de seus Regionais, na realização de eventos de capacitação profissional, mediante apoio estrutural e financeiro, auxiliando na realização de cursos, palestras, seminários e reciclagem profissional em todo o território nacional

4.2 - Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

O monitoramento da execução dos planos estabelecidos para o exercício de 2017 foi realizado mediante aferição dos resultados obtidos pela ação das cinco câmeras julgadoras e comissões constituídas, para atingir os objetivos colimados. As atividades mais importantes do COFECI, em razão de suas obrigações legais são as direcionadas à apreciação das práticas antiéticas dos Corretores de Imóveis, em instância recursal. Em 2017, foram julgados 5.240 processos disciplinares, em grau de recurso, com a seguinte estatística:

```
1ª Câmara – 1.018 processos:
```

2ª Câmara – 1.019 processos

3ª Câmara – 1.031 processos

4ª Câmara – 1.015 processos

5^a Câmara – 1.083 processos

4.3 - Desempenho Orçamentário

O orçamento do Conselho Federal de Corretores de Imóveis integra um conjunto de informações relativas às ações estabelecidas nos projetos e nas atividades, os quais estão alinhados para que funcionem como instrumentos de programação, controle e planejamento, apresentando compatibilidade com as informações contábeis em 100% das receitas e despesas, atendendo ao princípio do orçamento bruto.

O monitoramento das informações é feito de forma sistêmica visando a "Garantir a Sustentabilidade Orçamentária e Financeira do **Sistema COFECI/CRECI**". A entidade adota como sistema contábil o contido no "Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP".

O orçamento para o exercício de 2017 foi estimado em R\$ **42.390.537,29** (quarenta e dois milhões trezentos e noventa mil quinhentos e trinta e sete reais e vinte e nove centavos), aprovado por meio da Resolução COFECI nº 1.388/2016, de 28 de novembro de 2016 publicada no D.O.U nº 234 em 07/12/2016 fls. 140/141. Seção 1, com vinculação aos programas e projetos/atividades de acordo a política de gestão para o exercício.

A realização Orçamentária para 2017 esteve próxima dos números previstos: Receita de R\$ 40.772 mil e Despesas empenhadas de R\$ 38.097 mil, conforme demonstrativo abaixo:

Comparativo entre a previsão e a realização orçamentária Exercício de 2017		
Receita	Despesa	
Valor previsto: R\$ 42.390.537,29	Valor previsto: R\$ 39.375.937,29	
RealizadoR\$ 40.772.381,96	Executado: R\$ 35.731.256,38	
% de realização: 96,18%	% de execução: 90,74%	

4.3.1 - Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da Unidade

Conforme informado acima, para o exercício de 2017 foi previsto o orçamento global no valor de **R\$ 42.390 mil,** tendo sido arrecadada a importância de **R\$ 40.772 mil,** atingindo a 96,18% do valor previsto. Por sua vez, as despesas tiveram redução de 9,76% em relação à previsão de gastos, demonstrando a propriedade da gestão financeira e orçamentária da Diretoria.

É de salienta que os Conselhos de Fiscalização têm sua receita oriunda de contribuições dos profissionais registrados e ativos nas respectivas categorias. A arrecadação, portanto, acompanha as oscilações do mercado dessas categorias, oscilando em razão do comportamento do setor econômico em que atua.

4.3.2 - Execução descentralizada com transferência de recursos

No houve nenhuma transferência descentralizada de recursos no exercício

4.3.3 - Informações sobre a realização das receitas

)uadro 1 - Previsão e Arrecadação por Natureza

Descrição	Prevista	Arrecadada	Realizado(%)
RECEITAS CORRENTES S	42.390.537,29	40.772.381,96	96,18 (a)
CONTRIBUIÇÕES	41.670.537,29	37.661.920,16	92,37 (b)
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	0,00	84.209,50	0,21 (b)
FINANCEIRAS	650.000,00	843.818,39	2,07 (b)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	70.000,00	2.182.433,91	5,35 (b)
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	513.352,70	1,21 (b)
ALIENAÇÕES DE BENS	0,00	102.500,00	19,97 (c)
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	410.852,70	80,03 (c)
TOTAL:	42.390.537,29	41.285.734,66	97,39 (d)

- (a) em relação ao total de receitas correntes previsto
- (b) em relação ao total de receitas correntes arrecado
- (c) em relação ao total de receitas de capital arrecadado
- (d) em relação ao total de receita prevista

A receita do Conselho Federal de Corretores de Imóveis é composta basicamente, por 20% (vinte por cento) da receita bruta das arrecadações dos Conselhos Regionais, excetuados os legados, doações e subvenções, com a seguinte constituição:

- 20% (vinte por cento) da receita decorrente de anuidades, pagas pelos corretores de Imóveis e empresas Imobiliárias;
- receitas oriundas da exploração de bens e serviços;
- receitas financeiras;
- subvenções eventuais doações; e
- alienação de bens.

a) Origem das Receitas

- Receitas de Contribuições compreende da cota parte repassada pelos Conselhos Regionais:
- Receitas Financeiras são representadas pelas receitas de juros, atualização monetária, juros e encargos e os rendimentos decorrentes de aplicações financeiras; e
- Suvenções

b) Previsão e Arrecadação por Natureza

A receita total do Conselho Federal de Corretores de Imóveis, no exercício de 2016, foi estimada no valor de R\$ R\$ 42.390.537,29 (quarenta e dois milhões trezentos e noventa mil quinhentos e trinta e sete reais e vinte e nove centavos), e a arrecadação no montante de R\$ 41.285.734,66 (quarenta e um milhões duzentos e oitenta e cinco mil setecentos e trinta e quatro reais e sessenta e seis centavos) o que representa 97,39% da receita estimada, e apresenta uma média mensal de arrecadação da ordem de R\$ 3.440.477,89 (três milhões quatrocentos e quarenta mil quatrocentos e setenta e sete reais e oitenta e nove centavos), conforme composição das receitas correntes e de capital.

As receitas correntes atingiram 96,18% do valor orçado, devido às ações dos Conselhos Regionais na cobrança e inscrição de débitos em dívida ativa que continuaram a ser desenvolvidas em cada regional, e também ás ações de fiscalização quanto à regularidade dos profissionais.

Nas receitas correntes a maior arrecadação foi a de Contribuições, representou **92,37**% em relação ao total de receitas correntes arrecadado, seguido das receitas financeiras que representam **2,07**% do total arrecadado.

c) Forma de partilha de receita

Conforme disposto no art. 18° da Lei n.º 6.530/1978, constitui renda do Conselho Federal de Corretores de Imóveis, 20% (vinte por cento) da renda bruta de cada Conselho Regional nela compreendidas as multas infracionais, doações, legados e subvenções. A renda prevista nos instrumentos legais citados acima é realizada pelos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis e repassada ao COFECI, a título de cota parte.

4.3.4 - Informações sobre a execução das despesas

No exercício de 2017, as despesas empenhadas e liquidadas atingiram o montante de **R\$** 38.252.637,78 (trinta e oito milhões, duzentos e cinquenta e dois mil seiscentos e trinta e sete reais e setenta e oito centavos). As despesas correntes representaram 84,29% deste total, equivalente a uma média mensal de **R\$** 3.440.477,89 (três milhões quatrocentos e quarenta mil quatrocentos e setenta e sete reais e oitenta e nove centavos); enquanto que as despesas de capital representaram cerca de 5,95%.

No referido exercício de 2017, foram realizados investimentos, **R\$ 2.521.381,40** (dois milhões quinhentos e vinte e um mil trezentos e oitenta e um reais e quarenta centavos) em equipamentos e materiais permanentes, buscando sempre a inovação tecnológica e modernização das estruturas de gestão do Conselho.

Durante o exercício de 2017, houve "Transferências Correntes" correspondente à Doações para Custeio aos Conselhos Regionais e Entidades, no montante de **R\$ 3.548.000,00** (três milhões quinhentos e quarenta e oito mil reais).

4.3.4.1 - Demonstrativo das Despesas totais por modalidade de contratação

Quadro 2 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2017	2016	2017	2016
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	16.023.182,58	16.192.181,39	15.941.670,80	15.808.060,06
a) Convite	3.147.038,35	1.842.289,14	3.095.821,35	1.819.674,08
b) Tomada de preços	730.416,50	741.568,92	730.416,50	498.479,84
c) Concorrência	12.145.727,73	13.608.323,33	12.115.432,95	13.489.906,14

d) Pregão	0,00	0,00	0,00	0,00
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado				
de Contratações				
Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações				
Diretas (h+i)	11.144.141,95	5.347.539,95	10.860.122,70	5.064.533,88
h) Dispensa	10.344.141,95	5.347.539,95	10.060.122,70	5.064.533,88
i) Inexigível	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00
3. Regime de				
Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Pagamento de				
Pessoal (k+l)	6.476.841,65	5.865.597,25	6.324.458,16	5.733.362,44
k) Folha de Pagamento	4.927.709,15	4.433.347,25	4.775.325,66	4.301.112,44
1) Diárias	1.549.132,50	1.432.250,00	1.549.132,50	1.432.250,00
5. Outros	4.608.471,60	7.309.432,53	3.710.796,72	6.413.860,19
6. Total (1+2+3+4+5)	38.252.637,78	34.714.751,12	36.837.048,38	33.019.816,57

4.3.4.2 - Demonstrativo das Despesas por grupo e elemento de despesa

Quadro 3 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários

Despesas Correntes

Grupos de	Empenhada		Liquidada	Liquidada		Valores Pagos	
Despesa	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
1. Despesa de Pessoal	6.486.000,00	5.925.000,00	5.905.257,85	5.253.025,87	5.818.333,93	5.176.496,95	
REMUNERAÇÃO PESSOAL	3.951.000,00	3.520.000,00	3.540.895,17	3.140.882,68	3.526.967,11	3.140.882,68	
ENCARGOS PATRONAIS	1.130.000,00	1.120.000,00	1.108.542,04	1.014.709,45	1.035.546,18	938.180,53	
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1.090.000,00	970.000,00	1.039.922,47	879.889,59	1.039.922,47	879.889,59	
Demais elementos do grupo	315.000,00	315.000,00	215.898,17	217.544,15	215.898,17	217.544,15	
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3. Outras Despesas Correntes	33.746.195,42	28.165.444,05	29.825.998,53	25.814.534,80	29.578.466,84	25.429.181,88	
OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS - PESSOAS JURÍDICAS	24.827.496,97	18.597.555,81	22.211.655,90	17.507.786,22	22.057.755,07	17.218.775,64	
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.713.001,00	4.897.007,70	3.548.000,00	4.857.007,70	3.548.000,00	4.857.007,70	
DIÁRIAS	2.300.000,00	2.300.000,00	1.549.132,50	1.432.250,00	1.549.132,50	1.432.250,00	
Demais elementos do grupo	2.905.697,45	2.370.880,54	2.517.210,13	2.017.490,88	2.423.579,27	1.921.148,54	
Despesas de Capita	l						
Grupos de	Empenhada		Liquidada		Valores Pagos		
Despesa	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
4. Investimentos	2.472.376,00	2.047.327,29	1.442.697,00	796.849,00	1.409.568,36	796.849,00	
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	926.376,00	1.272.327,29	28.947,00	21.849,00	28.947,00	21.849,00	
AQUISIÇÃO DE MÓVEIS	800.000,00	265.000,00	800.000,00	265.000,00	800.000,00	265.000,00	
OBRAS,	520 000 00	0.00	206 750 00	0.00	262 621 26	0.00	

INSTALAÇÕES Demais elementos	329.000,00	υ,υυ	390./30 , 00	0,00	303.041,30	0,00
do grupo	217.000,00	510.000,00	217.000,00	510.000,00	217.000,00	510.000,00
5. Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida	209.600,00	150.000,00	181.259,40	111.304,01	181.259,40	111.304,01
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA JÁ CONTRATADAS	209.600,00	150.000,00	181.259,40	111.304,01	181.259,40	111.304,01

4.3.5 - Análise Crítica

No exercício de 2017, as despesas empenhadas somaram R\$ 42.390.537,29 (quarenta e dois milhões, trezentos e noventa mil quinhentos e trinta e sete reais e vinte e nove centavos). Já as liquidadas atingiram o montante de R\$ 38.252.637,78 (trinta e oito milhões duzentos e cinquenta e dois mil seiscentos e trinta e sete reais e setenta e oito centavos), do total das despesas liquidadas no exercício de 2017, 15,44 % foram despesas com pessoal, encargos sociais e benefícios assistenciais: 8,40% para aquisição de material de consumo para manutenção das atividades administrativas: e 9,28% com transferências correntes (doações).

As despesas de capital representaram **6,59%** das despesas liquidadas, conforme demonstrado. Destaque para os investimentos com a renovação dos equipamentos de informática, aquisição de softwares de base, máquinas e móveis e utensílios. Todos estes investimentos contribuíram para melhoria e modernidade das atividades fins do COFECI.

A análise do comportamento orçamentário e financeiro demonstra o zelo da gestão do COFECI na condução de suas atividades, dentro da previsão estabelecida no ano anterior. A arrecadação prevista e a execução das despesas ocorreram dentro do planejado, tendo ocorrido inclusive um superávit orçamentário de R\$ 1.104.802,63.

4.4 - Desempenho operacional

Conforme demonstrado nos números contidos nas demonstrações financeiras, o desempenho operacional do COFECI limitou-se às suas expectativas de arrecadação e das previsões de gasto para o exercício. Foram cumpridas todas as metas esgabelecidas pela Diretoria, com pleno êxito e dentro da sua capacidade financeira.

4.5 - Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Durante o exercício de 2017, COFECI trabalhou na elaboração de indicadores de desempenho com o intuito de aplicá-los no exercício de 2018.

5 - GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.1 - Descrição das estruturas de governança

Com o intuito de zelar por sua viabilidade econômico-financeira, o COFECI promove ações claras e concisas, respondendo integralmente por seus atos e deles prestando contas, disponibilizando informações completas de interesse público e adotando as práticas da boa governança em sua administração.

Com a criação de um conjunto eficiente de mecanismos de incentivo e monitoramento, o principal propósito do Conselho Federal é assegurar que seus atos estejam alinhados com os interesses da sociedade, e garantir a utilização adequada de recursos em prol da longevidade da instituição.

5.2 - Informações sobre dirigentes e colegiados

O Conselho Pleno do COFECI é constituído por 100 representantes de seu quadro de profissionais inscritos, sendo 50 efetivos e 50 suplentes, eleitos para um mandato de três anos, exercendo, no âmbito de suas respectivas competências e jurisdição, dentre outras, ações de naturezas normalizadora, deliberativa, disciplinar, administrativa, fiscalizadora e orientadora;

Todos os atos de gestão da diretoria são apreciados e referendados pelo Conselho Pleno, após análise e parecer do **Conselho Fiscal**, composto por três membros efetivos e três suplentes, com a função de examinar os documentos contábeis e financeiros, manifestando-se sobre a regularidade, ou não dos atos junto a Diretoria e ao Plenário.

CONSELHEIROS EFETIVOS

1ª Região RJ	MANOEL DA SILVEIRA MAIA	ANTONIO CARLOS MOREIRA DA SILVA
2ª Região SP	ROBERTO NICASTRO CAPUANO	JOSE AUGUSTO VIANA NETO
3ª Região RS	MARCIO FERREIRA BINS ELY	ANTONIO ARMANDO FONTOURA
4ª Região MG	NEWTON MARQUES BARBOSA	PAULO JOSE VIEIRA TAVARES
	OSCAR HUGO MONTEIRO	
5ª Região GO	GUIMARAES	EDUARDO COELHO SEIXO DE BRITO
6ª Região PR	ADMAR PIEDADE PUCCI JUNIOR	JOAO TEODORA DA SILVA
	FREDERICO ALISON SOUZA	PETRUS LEONARDO DE SOUZA
7ª Região PE	MENDONÇA	MENDONÇA
	HERMES RODRIGUES DE	
8ª Região DF	ALCANTARA FILHO	ALBERTO FERNANDES DE SOUSA
9ª Região BA	SAMUEL ARTHUR PRADO	NILSON RIBEIRO DE ARAUJO

11ª Região SC	CLESIO ALANO DE CARVALHO	IRINEU CELSO LUDVIG
12ª Região PA	JACI MONTEIRO COLARES	CARLOS MAGNO DOS SANTOS
13ª Região ES	DANIEL FERNANDES ALVES	AURELIO CAPUA DALLAPICULA
14ª Região MS	CLAUDEMIR NEVES	ROBERTO DA CUNHA
	ANTONIO ARMANDO CAVALCANTE	
15ª Região CE	SOARES	JOSE MARIA CAVALCANTE LIMA
		MARIA DE FATIMA SILVEIRA FREIRE
16ª Região SE	SERGIO WALDEMAR FREIRE SOBRAL	SOBRAL
17ª Região RN	ROBERTO CARLOS CORREIA PERES	WALDEMIR BEZERRA DE FIGUEIREDO
	PAULO CELESTINO DE C. MOTA	PASCHOAL GUILHERME NASCIMENTO
18ª Região AM	JUNIOR	RODRIGUES
	BENEDITO ODARIO CONCEICÃO E	
19ª Região MT	SILVA	CLAUDECIR ROQUE CONTREIRA
20 ^a Região MA	ARMANDO OLIVEIRA GASPAR FILHO	RAIMUNDO CUNHA TORRES
21ª Região PB	FRANCISCO DE ASSIS CORDEIRO	CLERTON AZEVEDO FRANÇA
	ADELMO GUIMARAES BRAGA	
22ª Região AL	COSTA	VILMAR PINTO DA SILVA
23ª Região PI	ALUISIO PARENTES SAMPAIO NETO	MANOEL NOGUEIRA LIMA NETO
24ª Região RO	AIRES RIBEIRO DE MATOS	JULIO CESAR PINTO
25ª Região TO	SANDRO JOSE DE OLIVEIRA	VALDECI YASE MONTEIRO
	FRANCISCO HIGINO DA ROCHA	
26ª Região AC	MAIA	MANOEL CLAUDENIR DE ARAUJO LIMA

CONSELHEIROS SUPLENTES

EDECIO NOGUEIRA CORDEIRO	LAUDIMIRO DE SOUZA CAVALCANT
LUIZ CARLOS KECHICHIAN	JAIME TOMAZ RAMOS
JOSÉ ANTONIO DE ANDRADE GODOY	SANDRA MARA DA SILVA CAMARGO
NEWTON MARQUES BARBOSA	
	FERNANDO LUIZ VIANA
ANTÔNIO ROSA DE MESQUITA	ANTÔNIO SPINETTI ALVES
NILSON DONIZETI RIBEIRO	CLÁUDIO SANDRI
MANOEL FERREIRA DA SILVA	AGUINALDO APRÍGIO DE LIMA
JOSÉ DA COSTA SENA	OSWALDO JOSÉ SIQUEIRA
MARIO AUGUSTO PEREIRA DA	FRANCISCO HELDER SAMPAIO DE
ALMEIDA	SOUZA
DÉCIO BEZ BATTI LOPES	ROBERTO SÉRGIO CUNHA
RAIMUNDO MAGNO LOPES	GILBERTO SEVERIANO SANTOS DANIN
CLAUDIO MANOEL MIRANDA SMITH	LUIZ AUGUSTO MILL
ELI RODRIGUES	BENILO ALLEGRETTI
MARIA EDALCLIRES COSTA	AYRTON MARTINS JÚNIOR
CARLOS EDUARDO BARRETO	
MELO	ANDRÉ LUIZ FELIZOLA DOS SANTO
MOISÉS MARINHO MESQUITA	PAULO RONALDO PINHEIRO DE SOUZA
ANTÔNIO AUGUSTO C. CASTRO	
FILHO	PAULO AVELINO FILHO
ALTAIR M. DA SILVA MONTEIRO	LAURO PIALA
LIZETE DE JESUS GOMES	MARIA JOSÉ CORTÊS BARROS DIAS
FABIANO BARROS CABRAL	UBIRAJARA MARQUES DE ALMEIDA LIMA JUNIOR
SERGIO CABRAL DO NASCIMENTO	JORGE SALOMÃO DE MELLO
ALDO ALVES FURTADO	VALDEMAR MARTINS DE LIMA
OSMAR VILHENA DE AMORIM	CLOTILDE DE OLIVEIRA PORTO
ADENILSON CARLOS VIDOVIX	JOÃO BATISTA FERREIRA ALVES
EDECIO NOGUEIRA CORDEIRO	MARIVALDO NASCIMENTO DE SOUZA
	LUIZ CARLOS KECHICHIAN JOSÉ ANTONIO DE ANDRADE GODOY NEWTON MARQUES BARBOSA JÚNIOR ANTÔNIO ROSA DE MESQUITA NILSON DONIZETI RIBEIRO MANOEL FERREIRA DA SILVA JOSÉ DA COSTA SENA MARIO AUGUSTO PEREIRA DA ALMEIDA DÉCIO BEZ BATTI LOPES RAIMUNDO MAGNO LOPES CLAUDIO MANOEL MIRANDA SMITH ELI RODRIGUES MARIA EDALCLIRES COSTA CARLOS EDUARDO BARRETO MELO MOISÉS MARINHO MESQUITA ANTÔNIO AUGUSTO C. CASTRO FILHO ALTAIR M. DA SILVA MONTEIRO LIZETE DE JESUS GOMES FABIANO BARROS CABRAL SERGIO CABRAL DO NASCIMENTO ALDO ALVES FURTADO OSMAR VILHENA DE AMORIM ADENILSON CARLOS VIDOVIX

5.3 - Atuação da unidade de auditoria interna

Na proposta de reformulação de sua estrutura interna, e atendendo às determinações do TCU, especialmente, o COFECI propões criar, em 2018, o Setor de Auditoria, com o propósito de analisar as suas próprias contas e a de seus Regionais, dando conformidade aos procedimentos apresentando relatórios setoriais sobre as contas e os controles praticados em cada unidade, servindo de base, inclusive, para os pareceres do Conselho Fiscal.

5.4 - Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

No exercício em referência, não houve atos ilícitos administrativos que demandassem a instauração de processos administrativos disciplinares.

5.5 - Gestão de riscos e controles internos

Todos os procedimentos administrativos executados no COFECI obedeceram aos ditames legais, especialmente quanto às normas de licitações e contratos. Conforme informações constantes de itens anteriores, a Diretoria da Entidade está realizando estudos de viabilidade — física/financeira — visando à constituição de nova estrutura técnica, no exercício de 2018, dentro de sua capacidade física e financeira, contemplando a gestão de TI, de Pessoas, de Contratos e de Processos, nos moldes da Governança Pública que lhe é aplicada. Essa pendência decorre da limitação do quadro de pessoal, cuja complementação exige a formatação de concurso público, além da previsão orçamentária par tal implemento de gastos com pessoal.

5.6 - Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

Os conselhos de fiscalização não remuneram seus dirigentes, por força de lei.

5.7 - Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

No exercício não houve contratação de auditoria independente

6 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 - Gestão de pessoas

Em 31 de dezembro de 2017, o COFECI contava com 32 (trinta e dois) colaboradores empregados, sendo 29 (vinte e nove) efetivos e 3 (três) em cargos comissionados, além de 7 (sete) estagiários, num total geral de 39 (trinta e nove) colaboradores.

6.1.1 - Estrutura de pessoal da unidade

A distribuição da força de trabalho visa a atender todas as áreas técnicas do COFECI, principalmente àquelas responsáveis pela execução da atividadade-fim.

Quadro 4 - Distribuição da força de trabalho por área estratégica

Áwaa	Quantidade		
Area	Funcionários Efetivos	Cargos Comissionados	
Diretoria Executiva	2	3	
Administração	22	-	
Financeira	3	-	
Registro	2	-	
Desenvolvimento Profissional	-	-	
Controle Interno	-	-	

6.1.2 - Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 5 – Demonstrativo Despesas com Pessoal

Despesas de Pessoal	2017	2016
Gastos com Remuneração	3.540.895,17	3.140.882,68
Encargos Legais	1.108.542,04	1.014.709,45
Benefícios a Pessoal	215.898,17	217.544,15
Benefícios Assistenciais	1.039.922,47	879.889,59
TOTAIS	5.905.257,85	5.253.025,87

6.1.3 - Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Não está, ainda, implantado o sistema de gestão de riscos relacionado ao Pessoal. No exercício, não ocorreu rotatividade no quadro de empregados, formado quase que na

totalidade por empregados antigos. Os salários vigentes estão condizentes com as práticas adotadas por entidades similares, na Capital do País. Da análise das despesas com Remuneração de Pessoal (Pessoal e Encargos) verifica-se que o gasto nesse setor foi de apenas 13,61% das despesas realizadas (R\$ 35.731 mil) e de 12,35% da Despesa Autorizada.

6.1.4 - Contratação de mão de obra temporária

O COFECI não contratou mão de obra temporária em 2017.

6.2 - Gestão da tecnologia da informação

OO COFECI possui em sua estrutura organizacional, o Departamento de Tecnologia da Informação, cujas atividades principais são: planejar, desenvolver, coordenar, controlar e avaliar o desenvolvimento dos projetos relativos à sua área de atuação, propondo soluções adequadas às necessidades da autarquia; elaborar seu plano anual de trabalho, consoante às diretrizes e políticas estabelecidas; sugerir à Diretoria a plataforma tecnológica e os padrões de tecnologia da informação mais apropriados para uso na autarquia; responder pelas atividades internas de planejamento e orçamento relacionados à unidade organizacional e dos setores a ela diretamente subordinados; acompanhar e supervisionar a implantação.

A manutenção dos sistemas é efetuada por funcionários do COFECI responsáveis pela TI, contando com apoio de empresa terceirizada, especializada na área

6.2.1 - Principais sistemas de informações

Quadro 6 - Principais Sistemas Computacionais em Uso

Sistema	Objetivo	Responsável Técnico	Responsável da Área de	Criticidade
Financeiro	Controlar os débitos dos Conselhos	Carlos Ernesto	Ariltom Alves	O sistema tem atendido as demandas da área
Cadastral	Controlar os dados cadastrais dos	Carlos Ernesto		O sistema tem atendido as demandas da área
Contabilidade	Elaborar as demonstrações contábeis do COFECI	Fabio Leandro	Arquimedes Alves da Silva	O sistema tem atendido as demandas da área

7 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

7.1 - Canais de acesso do cidadão

A política efetiva de disseminação das informações sobre suas ações institucionais à sociedade é feita por meio dos processos tecnológicos condizentes com a exigência da LAI. Além disso, o COFECI mantém um canal de relacionamento com o público alvo e os diversos segmentos sociais solucionando dúvidas, atendendo a reclamações, denúncias e sugestões, sempre com vistas a prestar um serviço de qualidade e excelência, por meio de sua Ouvidoria. Ao longo dos anos, foram criados novos canais de comunicação, que possibilitaram à comunidade uma grande aproximação com o COFECI apresentando à população todo o trabalho desenvolvido pela entidade e as diversas possibilidades de sua utilização. O acesso ao cidadão dá-se por meio de central telefônica com o número geral (61) 3321.2828 para os contatos externosNos casos relacionados às denúncias envolvendo profissionais o canal de acesso é o e-mail ouvidoria@cofeci.gov.br, já para as demais demandas o canal de acesso é o e-mail cofeci@cofeci.gov.br,

7.2 - Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O COFECI encaminha semestralmente aos profissionais registrados uma pesquisa de satisfação, e dispõe de meios para aferir o grau de satisfação dos cidadãos usuários.

7.3 - Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O acesso ao Portal Transparência pode ser feito pelo site: http://www.cofeci.gov.br/transparencia/

7.4 - Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O COFECI está localizado no centro de Brasília, no SDS Nº 44, Bloco A, Salas 201 a 211, Edificio Boulevard Center (CONIC), com fácil localização e acesso. Próximo à Estação Central de Metrô e da antiga Rodoviária, garantidas todas as medidas que proporcionam acessibilidade

aos seus serviços, produtos e instalações, por cidadãos portadores de necessidades especiais	

8- DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

8.1 - Desempenho financeiro no exercício

Desempenho financeiro no exercício

A programação orçamentária do COFECI não depende do orçamento da União, dos estados ou dos municípios. Suas atividades são financiadas, basicamente, com recursos provenientes de 20% (vinte por cento) das anuidades, contribuições parafiscais previstas em lei, devidas por pessoas físicas e jurídicas inscritas nos Conselho Regionais, bem como pelos emolumentos, receitas financeiras, multas financeiras e outras previstas na legislação.

Para o exercício de 2017 foi previsto o orçamento global no valor de **R\$ 42.390.537,29** (quarenta e dois milhões, trezentos e noventa mil quinhentos e trinta e sete reais e vinte e nove centavos), distribuídos em diversos itens de receitas e elementos de despesas, tendo sido a proposta orçamentária aprovada e homologada 4ª Sessão Plenária do COFECI, conforme Resolução-COFECI nº 1388/16, publicada no D.O.U nº 234 em 07/12/2016, fls. 140/141, seção 1, com vinculação aos programas e projetos/atividades de acordo com a política de gestão para o exercício.

Abaixo segue composição do superávit orçamentário do exercício de 2017:

Receita Global exercício de 2017	41.285.734,66
Despesa Global exercício de 2017	38.252.637,78
Superávit corrente exercício de 2017	3.033.096,88

A receita global do exercício de 2017 montou em **R\$ 41.285.734,66** (quarenta e um milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, setecentos e trinta e quatro reais e sessenta e seis centavos) equivalente a **R\$ 3.440.477,89** (três milhões quatrocentos e quarenta mil quatrocentos e setenta e sete reais e oitenta e nove centavos) **mensais,** representando **97,39%** de execução, em relação à estimativa global da receita, no valor de **R\$ 42.390.537,29** (quarenta e dois milhões trezentos e noventa mil quinhentos e trinta e sete reais e vinte e nove centavos).

As despesas realizadas no exercício de 2017 totalizaram o montante de **R\$ 38.252.637,78** (trinta e oito milhões duzentos e cinquenta e dois mil seiscentos e trinta e sete reais e setenta e oito centavos) equivalentes a **R\$ 3.187.719,82** (três milhões centos e oitenta e sete mil setecentos e dezenove reais e oitenta e dois centavos) **mensais** representando **90,24%** de execução da despesa global, em relação à fixação no importe de **R\$ \$ 42.390.537,29** (quarenta e dois milhões trezentos e noventa mil quinhentos e trinta e sete reais e vinte e nove centavos).

No exercício de 2017 o COFECI obteve Superávit Orçamentário na monta **R\$ 3.033.096,68** (três milhões trinta e três mil noventa e seis reais e sessenta e oito centavos), resultando exitosa a administração em relação à gestão de seus recursos, pautando-se pela legalidade, legitimidade e economicidade da gestão em relação aos padrões normativos e operacionais, expressos nas normas e nos regulamentos aplicáveis, e na capacidade dos controles internos em identificar e corrigir falhas e irregularidades.

Apuração do Resultado - Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial do COFECI no exercício de 2017 no valor de **R\$ 4.629.681,98** (quatro milhões seiscentos e vinte e nove mil seiscentos e oitenta e um reais e noventa e oito centavos), foi apurado com base no regime de competência da receita e das despesas, escrituradas no subsistema patrimonial, atendendo à NBC T SP 16.5, a Resolução CFC nº. 1.111/2007 item 16.1, e a Resolução CFC nº. 1367/2011.

Demonstração das Variações Patrimoniais 2017-2016

Variações Aumentativas	43.060.834,99	38.058.945,60
Variações Diminutivas	38.431.153,01	32.135,841,99
Resultado Patrimonial do Exercício	4.629.681,98	5.923.103,61

Resultado Orçamentário

O orçamento do COFECI para o exercício de 2017 foi aprovado e homologado na 4ª Sessão Plenária do ógão, conforme Resolução-COFECI nº 1388/16, publicada no D.O.U. nº 234 em 07/12/2016, fls. 140/141, seção I. Nele, estão contabilizados os valores das receitas arrecadadas e as despesas liquidadas, conforme disciplina o regime orçamentário de acordo com a Lei 4.320/64.

As receitas correntes estão representadas por 20% (vinte por cento) da receita bruta das arrecadações dos Conselhos Regionais, excetuados multas disciplinares, legados, doações e subvenções.

As receitas de capital estão representadas pela alienação de bens do imobilizado e Amortização de Empréstimos Concedidos.

As despesas correntes estão representadas por gastos com pessoal e encargos, benefícios assistenciais, uso de bens e serviços, despesas financeiras tributárias e contributivas. As despesas de capital estão representadas por aquisição de bens do imobilizado.

Receitas Correntes 2017-2016

Receita de Contribuições	37.661.920,16	35.812.381,89
Receita de Exploração de Serviços	84.209,5	3.093,17
Receita de Exploração de Serviços	843.818,39	786.104,05
Outras Receitas Correntes	2.182.433,91	641.676,63
Transferências Correntes	0,00	0,00
TOTAL	40.772.381,96	37.243.255,74

Receitas de Capital 2017-2016

Alienações de H	Bens		102.500,00	66.000,00
Amortização	de	Empréstimos	410.852,70	7.922,17
Concedidos				
TOTAL			513.352,70	341.912,17

Despesas Correntes 2017-2016

Pessoal e Encargos	4.865.335,38	4.373.136,28
Benefícios Assistenciais	1.039.922,47	879.889,59

Uso de Bens e Serviços	26.277.998,53	20.956.527,10
Outras Despesas Judiciais	0,00	1.000,00
Transferências Correntes	3.548.000,00	4.857.007,70
TOTAL	35.731.256,38	31.066.560,67

Despesas de Capital 2017-2016

Investimentos	2.340.122,00	2.047.317,29
Amortizações de Empréstimos	0,00	1.500.000,00
Transferência de Capital	181.259,40	111.304,01
TOTAL	2.521.381,40	3.658.621,20

Total Receitas Corrente/Capital	41.285.734,66	37.585.167,91
Total Despesa Corrente/Capital	38.252.637,78	34.726.181,97
Superávit	3.033.096,88	2.858.985,94

Resultado Financeiro

O Resultado financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei n.º 4.320/64.

Patrimônio liquido

O patrimônio Líquido do COFECI está constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente, até 31/12/2017 assim constituído:

Patrimônio Líquido 2017-2016

Resultados Acum. – Exer.	4.629.681,98	5.923.103,61
Resultados Acum. – Exer. Anterior	52.010.466,67	46.087.363,06
TOTAL RESULTADOS ACUMULADOS	56.640.148,65	52.010.466,67

Demonstrativo do Fluxo Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) indica quais foram os ingressos e dispêndios de recursos do caixa durante o período e o resultado desse fluxo no exercício.

Fluxo de Caixa 2017-2016

Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	3.663.335,92	7.476.459,37
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	5.877.059,43	3.663.335,92

Notou-se, por meio da DFC, que durante no exercício de 2017, o COFECI, obteve fluxo de caixa positivo no valor de **R\$ 2.213.723,51** (dois milhões, duzentos e treze mil setecentos e vinte e três reais e cinquenta e um centavos), conseguido principalmente através da sua atividade de operação, oriundo de suas receitas de contribuição, exploração de bens e serviços e outras receitas correntes, combinado com sua política de planejamento de gastos.

8.2 - Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A depreciação e amortização de bens adquiridos e postos em operação utilizam o método das cotas constantes com critérios definidos no pronunciamento CPC 27 do Conselho Federal de Contabilidade.

No âmbito do COFECI houve os procedimentos de depreciações relativos aos bens móveis adquiridos durante o exercício de 2014 até o encerramento do exercício 2016, bem como em obras e instalações (bens imóveis), ambos pelo método das cotas constantes, com os correspondentes tempos de vida útil e saldos residuais, em atendimento à NBC T 19.5 aplicada ao Setor Público, Resolução CFC 1.177/09 e CPC (Comitê de Promunciamentos Contábeis do Conselho Federal de Contabilidade).

8.3 - Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

No que concerne à adoção da aplicação de sistemática de apuração de custos, o COFECI não adotou o centro de custos durante o exercício de 2017

8.4 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As Demonstrações Contábeis do Conselho Federal de Corretores de Imóveis - COFECI foram elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos Princípios gerais da Contabilidade.

A partir do exercício de 2013 a contabilidade do Conselho Federal de Corretores de Imóveis - COFECI passou a ser elaborada pelo sistema informatizado SISCAC (Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada a Conselhos), a fim de se adequar a todo o sistema COFECI/CRECI'S, alinhado as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – Resoluções CFC nºs 1.128/08 a 1.137/08.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância com a Lei n.º 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e sua nova harmonização internacional aos Princípios Contábeis geralmente aceitos.

A convergência as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards – Ipsas*, na sigla em inglês), traz diversas vantagens, como a geração de informação útil para a tomada de decisão dos gestores públicos, o registro e acompanhamento de transações antes de serem contempladas no orçamento, aprimoramento no processo de prestação de contas, implantação do sistema de custo, elaboração do balanço do setor público bem como do Plano de Contas Aplicado ao Setor Publico – PCASP.

8.4.1 - Balanço Orçamentário

No Resultado orçamento do exercício de 2017, verifica-se que foi arrecadado o valor de R\$ 41.285.734,66 (quarenta e um milhões duzentos e oitenta e cinco mil setecentos e trinta e quatro

reais e sessenta e seis centavos), que representa 97,39% do previsto e as despesas liquidadas somaram o valor de R\$ 38.252.637,78 (trinta e oito milhões, duzentos e cinquenta e dois mil seiscentos e trinta e sete reais e setenta e oito centavos) que representam 90,24% das despesas previstas, obtendo desta forma um superavit Orçamentario no valor de R\$ 3.033.096,88 (tres milhões e trinta e tres mil noventa e seis reais e oitenta e oito centavos).

8.4.2 - Balanço Financeiro

O Resultado financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei n.º 4.320/64.

No Exercício de 2017 o superávit financeiro acumulado ficou em R\$ 10.967.859,10 (dez milhões novecentos e sessenta e sete mil oitocentos e cinquenta e nove reais e dez centavos).

8.4.3 - Balanço Patrimonial Comparado

No exercício de 2017 o resultado patrimonial apurado no valor de R\$ **4.629.681,98** (quatro milhões seiscentos e vinte e nove mil seiscentos e oitenta e um reais e noventa e oito centavos), foi apurado com base no regime de competência da receita e das despesas, escrituradas no subsistema patrimonial, em atendimento a legislação vigente:

TITULOS	2017	2016
Resultado Patrimonial	4.629.681,98	5.923.103,61
Variações Patrimoniais Aumentativas	43.060.834,99	38.058.945,60
(-) Variações Patrimoniais Diminutiva	38.431.153,01	32.135.841,99

8.4.4 - Demonstrações das Variações Patrimoniais

O patrimônio Líquido do COFECI está constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente, até 31/12/2017 assim constituído:

Patrimônio Líquido 2017-2016

PATRIMONIO LIQUIDO	2017	2016
Resultados Acum. – Exercício	4.629.681,98	5.923.103,61
Resultados Acum. – Exercício Anterior	52.010.466,67	46.087.363,06
TOTAL RESULTADOS ACUMULADOS	56.640.148,65	52.010.466,67

8.4.5 - Fluxo de Caixa

Demonstrativo do Fluxo Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) indica quais foram os ingressos e dispêndios de recursos do caixa durante o período e o resultado desse fluxo no exercício.

Fluxo de Caixa 2017-2016

Notou-se, por meio da DFC, que durante no exercício de 2017, o COFECI, obteve fluxo de caixa positivo no valor de **R\$ 1.311.803,40** (um milhão trezentos e onze mil oitocentos e três reais e quarenta centavos), conseguido principalmente por meio da sua atividade de operação, oriundo de suas receitas de contribuição, exploração de bens e serviços e outras receitas correntes, combinado com sua política de planejamento de gastos durante o exercício de 2017.

Fluxo de Caixa	2017	2016
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	5.877.059,43	3.633.335,92
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	7.188.862,83	5.877.059,43

8.4.6 - Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

O Conselho Federal de Corretores de Imóveis, localizado no SDS nº 44 Bloco A, 2º andar, Salas 201/2010, Centro Comercial Boulevard Center (CONIC) – Asa Sul – Brasília - DF, regido pela Lei nº 6.530/1978, tem como principais atividades:

Dotado de personalidade jurídica pública e forma federativa, funciona como Autarquia Federal Especial. O Conselho Federal de Corretores de Imóveis tem sua constituição, estrutura e organização, sede e foro regulamentados no seu Regimento Interno, aprovado com a Resolução nº 1.126/2009.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade de sua Administração. Foram organizadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e sua nova harmonização internacional e aos Princípios Contábeis geralmente aceitos;

3. Principais Diretrizes Contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2013 a contabilidade do Conselho Federal de Corretores de Imóveis passou a ser elaborada com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. As demonstrações contábeis são ainda elaboradas em conformidade com o que regulamenta a Parte V – Demonstrações Contábeis do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

3.1 Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa, são administrados pelo COFECI, em consonância com o que dispõe o § 3º do art. 164 da Constituição Federal: Os recursos não utilizados na operacionalização das atividades foram depositados em contas separadas das demais disponibilidades, em observância aos limites e condições de proteção e prudência financeira, alinhados ao que dispõe o §1º do art. 43 da Lei Complementar n.º 101/2000 e as receitas resultantes das aplicações desses recursos foram reconhecidas nas respectivas contas de resultado.

"§ 3° - As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei." Caixa e equivalentes de caixa incluem: saldos em conta movimento e aplicações financeiras com vencimentos no prazo de três meses ou menos, a contar da data da contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho registrado no resultado do período:

TÍTULOS	2017	2016
Caixa e Equivalente de Caixa	7.188.862,83	5.877.059,43
Caixa	10.508,17	664,07
Bancos Conta Movimento	1.443.821,69	224.999,77
Bancos Aplicação Financeira	5.644.604,91	5.565.969,98

Créditos a Receber

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do Balanço Patrimonial. Os riscos de recebimento de dívidas são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado. Os critérios utilizados para o cálculos da perda estimada de créditos, foram a efetiva arrecadação das anuidades no exercício de 2017, no qual se levou em consideração o saldo no final de 2016, as inclusões de débitos e os recebimentos efetivos, adotando-se a seguinte fórmula (=SALDO INICIAL/(INCLUSÕES DE DÉBITOS + RECEBIMENTOS), através do qual obtivemos um percentual de inadimplência variável.

TITULOS	2017	2016
Creditos de Curto Prazo	3.170.818,55	1.833.555,04
Demais Creditos a Curto Prazo	878.503,07	1.658.296,04
Creditos de Longo Prazo	29.314.821,50	28.904.543,89
Demais Creditos de Longo Prazo	571,20	571,20

Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Compreende os valores a receber por demais transações como adiantamentos a colaboradores, valores a receber de entes públicos e de terceiros até o termino do exercício seguinte:

TITULOS	2017	2016
Adiantamentos	271.465,11	264.620,32
Empréstimos Concedidos	585.000,00	452.000,00
Creditos por Dano ao Patrimônio	9.363,91	3.126,49
Depósitos Restituíveis e Vinculados	43.525,73	704.025,73
Demais Créditos e Suprimentos a Comprovar	74.624,84	74.000,02

Depreciação

A depreciação e amortização de bens adquiridos e postos em operação utilizam o método das cotas constantes com critérios definidos em legislação vigente e na Resolução COFECI Nº 1352/2014.

Os bens móveis adquiridos após essa data estão sendo depreciados com base em conforme a seguir: Móveis e Utensílios de Escritório, Máquinas e Equipamentos, Instalações, Utensílios de Copa e Cozinha e Veículos (uso administrativo), tempo de vida útil de 10 anos e valor residual de 10%; Equipamentos de Processamento de Dados tempo de vida útil de 5 (cinco) anos e valor residual de

10%, resultando nos saldos demonstrados abaixo.

TITULO	2017	2016
Móveis e Utensílios	243.824,89	145.748,22
Maquinas e Equipamentos	431.362,44	224.877,26
Utensílios de Copa e Cozinha	2.474,36	1.203,43
Veículos	703.433,47	237.774,50
Equip. Proc. Dados	1.670.213,19	739.496,60
Equip. de Audio, Video e Som	1.417,67	0,00
Aparelhos de Comunicação	19.418,60	0,00
Aparelhos de Intercomunicação	4.647,08	0,00
Bens Imóveis	90.301,77	0,00
TOTAL	3.168.602,36	1.349100,01

Passivo Circulante

Representado por valores a pagar decorrentes de obrigações trabalhistas, de contração junto a fornecedores pela aquisição de materiais e/ou serviços originários de empenhos processados e não pagos até 31/12/2017; de obrigações físcais de curto prazo e de impostos e contribuições retidos de colaboradores e terceiros. As apropriações estão de acordo com a legislação vigente.

TITULOS	2017	2016
Obrig. Trab. e Previdenciária a Pagar	13.928,06	0,00
Obrigações Fiscais a Pagar	72.995,86	76.528,92
Obrigações a Curto Prazo	13.249,34	15.921,14
Depósitos Consignáveis	65.459,57	55.705,89
Fornecedores/Prestadores Serviços	103.686,07	128.320,43
Outras Obrigações a Curto Prazo	1.006,45	1.451.006,45
Demais Obrigações a Curto Prazo	0,00	616.156,50
TOTAL	270.325,35	2.343.639,33

Provisões de Curto Prazo

Registram-se os valores lançados a título de provisões para férias, 13º salário, processos judiciais, entre outras.

Provisão para Férias e Encargos

A provisão para férias é constituída mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais dos funcionários do COFECI, e pagas no inicio do exercício como férias coletivas.

TITULOS	2017	2016
Provisões Trabalhistas	0,00	0,00
Provisão de Férias	0,00	0,00
Encargos Sociais	0,00	0,00

Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis

Esta provisão, que tem por finalidade dar cobertura as prováveis perdas ou despesas. Em atenção ao regime de competência, foi constituída com base na expectativa de desfecho de processos judiciais de natureza trabalhista e cível, impetrados na justiça até 31 de dezembro de 2017 em montantes julgados suficientes para cobertura de eventuais perdas.

TITULOS	2017	2016
Provisões p/ Riscos Trabalhistas e Civeis	0,00	0,00
Encargos Sociais	0,00	0,00

Patrimônio Líquido

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente:

TITULOS	2017	2016
Patrimônio Liquido	56.640.148,65	52.010.466,67
Ajuste de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Resultado do Exercício	4.629.681,98	5.923.103,61
Resultados Acumulados Exerc. Anteriores	52.010.466,67	46.087.363,06

Ajustes Financeiros

São considerados como Ajustes de Exercícios Anteriores o reconhecimento de ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (item 24 – NBC T 16.5. – Registro Contábil).

Os lançamentos ocorridos na conta Ajustes de Exercícios Anteriores deram-se para regularizar pendências de referentes ao exercício de 2016 e que não foram sanadas a tempo, com impacto no resultado patrimonial. Desta forma, no balanço encerrado em 31/12/2017 foram evidenciados os valores que pertenceram a exercícios anteriores.

Resultado Patrimonial

No exercício de 2017 o resultado patrimonial, no valor de R\$ 4.629.681,98 (quatro milhões seiscentos e vinte e nove mil seiscentos e vinte nove reais e noventa e oito centavos), foi apurado com base no regime de competência da receita e das despesas, escrituradas no subsistema patrimonial, em atendimento a legislação vigente:

TITULOS	2017	2016
Resultado Patrimonial	4.629.681,98	5.923.103,61
Variações Patrimoniais Aumentativas	43.060.834,99	38.058.945,60
(-) Variações Patrimoniais Diminutiva	38.431.153,01	32.135.841,99

Resultado Financeiro

O Resultado financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei n.º 4.320/64,

No exercício de 2017 foi apurado um resultado superavitário no valor de R\$ 10.967.859,10 (dez milhões novecentos e sessenta e sete mil oitocentos e cinquenta e nove reais e dez centavos).

TITULOS	2017	2016
Superávit Financeiro	10.967.859,10	7.025.271,18
Ativo Financeiro	11.238.184,45	9.368.910,51
(-) Passivo Financeiro	270.325,35	2.343.639,33

Resultado Orçamentário

O orçamento do COFECI para o exercício de 2017 foi aprovado por meio da Resolução COFECI n.º 1.388/2016, de 08 de dezembro de 2016. Nele, estão contabilizados os valores das receitas arrecadadas e as despesas liquidadas.

O superávit orçamentário corresponde à diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas e liquidadas no exercício.

O resultado orçamentário de R\$ 3.033.096,88 (três milhões trinta e três mil noventa e seis reais e oitenta e oito centavos), foi extraído com base no subsistema orçamentário.

TITULOS	2017	2016
Superávit Orçamentário	3.033.096,88	2.858.985,94
Receitas (Correntes + Capital)	41.285.734,66	37.585.167,91
(-) Despesas (Correntes + Capital)	38.252.637,78	34.726.181,97

Notas explicativas a cargo de:

Arquimedes Alves da Silva, CRC - DF 009982-O. A&J Contabilidade, Assessoria e Auditoria Ltda, CRC - DF 000667-O

9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 - Tratamento de determinaçã	es e recomendações do TCU
---------------------------------	---------------------------

Não houve ocorrência no exercício de 2017.

9.2 - Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Não houve ocorrência no exercício de 2017.

9.3 - Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Não houve ocorrência no exercício de 2017.

10 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Cumpre registrar, que o COFECIC está em constante busca de melhorias em seus projetos e procedimentos, visando sempre o aprimoramento do cumprimento rigoroso à legislação vigente, bem como as determinações estipuladas pelo TCU. A consequência desse objetivo resultará em maior transparência em todos os atos de gestão deste Conselho.

ANEXO I -

Quadro 4.3.3.1 - Demonstrativo da Receita por Origem

Descrição	2017	2016
RECEITAS CORRENTES	40.772.381,96	37.243.255,74
CONTRIBUIÇÕES	37.661.920,16	35.812.381,89
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	84.209,50	3.093,17
FINANCEIRAS	843.818,39	786.104,05
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.182.433,91	641.676,63
TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	513.352,70	341.912,17
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	267.990,00
ALIENAÇÕES DE BENS	102.500,00	66.000,00
ALIENAÇÕES DE TÍTULOS E AÇÕES	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	410.852,70	7.922,17
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL:	41.285.734,66	37.585.167,91

ANEXO II -

Quadro 4.3.3.2 - Previsão e Arrecadação por Natureza

Descrição	Prevista Arrecadada		Realizado(%)
RECEITAS CORRENTES PREVISTAS	42.390.537,29	40.772.381,96	96,18
CONTRIBUIÇÕES	41.670.537,29	37.661.920,16	90,38
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	0,00	84.209,50	0,00
FINANCEIRAS	650.000,00	843.818,39	129,82
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	70.000,00	2.182.433,91	3.117,76
TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL PREVISTAS	0,00	513.352,70	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS	0,00	102.500,00	0,00
ALIENAÇÕES DE TÍTULOS E AÇÕES	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	410.852,70	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	42.390.537,29	41.285.734,66	97,39

ANEXO III -Quadro 4.3.4.1 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - TOTAL

Madalidada Cantustasão	Despesa L	iquidada	Despesa	a Paga
Modalidade de Contratação	2017	2016	2017	2016
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	16.023.182,58	16.192.181,39	15.941.670,80	15.808.060,06
a) Convite	3.147.038,35	1.842.289,14	3.095.821,35	1.819.674,08
b) Tomada de preços	730.416,50	741.568,92	730.416,50	498.479,84
c) Concorrência	12.145.727,73	13.608.323,33	12.115.432,95	13.489.906,14
d) Pregão	0,00	0,00	0,00	0,00
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	11.144.141,95	5.347.539,95	10.860.122,70	5.064.533,88
h) Dispensa	10.344.141,95	5.347.539,95	10.060.122,70	5.064.533,88
i) Inexigível	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	6.476.841,65	5.865.597,25	6.324.458,16	5.733.362,44
k) Folha de Pagamento	4.927.709,15	4.433.347,25	4.775.325,66	4.301.112,44
l) Diárias	1.549.132,50	1.432.250,00	1.549.132,50	1.432.250,00
5. Outros	4.608.471,60	7.309.432,53	3.710.796,72	6.413.860,19
6. Total (1+2+3+4+5)	38.252.637,78	34.714.751,12	36.837.048,38	33.019.816,57

ANEXO IV Quadro 4.3.4.2 D - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários TOTAL

Despesas Correntes								
C. I. D.	Emper	nhada	Liqui	dada	Valores	s Pagos		
Grupos de Despesa	2017	2016	2017	2016	2017	2016		
1. Despesa de Pessoal	6.486.000,00	5.925.000,00	5.905.257,85	5.253.025,87	5.818.333,93	5.176.496,95		
REMUNERAÇÃO PESSOAL	3.951.000,00	3.520.000,00	3.540.895,17	3.140.882,68	3.526.967,11	3.140.882,68		
ENCARGOS PATRONAIS	1.130.000,00	1.120.000,00	1.108.542,04	1.014.709,45	1.035.546,18	938.180,53		
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1.090.000,00	970.000,00	1.039.922,47	879.889,59	1.039.922,47	879.889,59		
Demais elementos do grupo	315.000,00	315.000,00	215.898,17	217.544,15	215.898,17	217.544,15		
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
3. Outras Despesas Correntes	33.746.195,42	28.165.444,05	29.825.998,53	25.814.534,80	29.578.466,84	25.429.181,88		
OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS - PESSOAS JURÍDICAS	24.827.496,97	18.597.555,81	22.211.655,90	17.507.786,22	22.057.755,07	17.218.775,64		
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.713.001,00	4.897.007,70	3.548.000,00	4.857.007,70	3.548.000,00	4.857.007,70		
DIÁRIAS	2.300.000,00	2.300.000,00	1.549.132,50	1.432.250,00	1.549.132,50	1.432.250,00		
Demais elementos do grupo	2.905.697,45	2.370.880,54	2.517.210,13	2.017.490,88	2.423.579,27	1.921.148,54		
		Despesas de 0	Capital					
Commenda Deserva	Empe	nhada	Liqui	dada	Valores	s Pagos		
Grupos de Despesa	2017	2016	2017	2016	2017	2016		
4. Investimentos	2.472.376,00	2.047.327,29	1.442.697,00	796.849,00	1.409.568,36	796.849,00		
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	926.376,00	1.272.327,29	28.947,00	21.849,00	28.947,00	21.849,00		
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	800.000,00	265.000,00	800.000,00	265.000,00	800.000,00	265.000,00		
OBRAS, INSTALAÇÕES	529.000,00	0,00	396.750,00	0,00	363.621,36	0,00		
Demais elementos do grupo	217.000,00	510.000,00	217.000,00	510.000,00	217.000,00	510.000,00		
5. Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
6. Amortização da Dívida	209.600,00	150.000,00	181.259,40	111.304,01	181.259,40	111.304,01		
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA JÁ CONTRATADAS	209.600,00	150.000,00	181.259,40	111.304,01	181.259,40	111.304,01		

ANEXO V -

Quadro 6.1.1.1 - Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12

Tipologias dos cargos	Lotação Efetiva	Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
1. Força de Trabalho (1.1 + 1.2)	32		
1.1. Servidores em Cargos Efetivos	29		
1.2. Cargos em Comissão	3		
1.2.1. Assessoramento Superior	3		
1.2.2. Função Gratificada			
2. Servidores com Contratos Temporários			
3. Total de Servidores (1+2)	32		

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos

ANEXO VI -

Quadro 6.1.1.2 - Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12

	Quantidade de Servidores por Faixa Etária						
Tipologias do Cargo	Até 30 Anos	De 31 a 40 Anos	De 41 a 50 Anos	De 51 a 60 Anos	Acima de 60 Anos		
1 - Provimento de cargo efetivo	1	8	7	9	4		
Servidores efetivos	1	8	7	9	4		
Servidores com contratos temporários							
2 -Provimento de cargo em comissão		1	2				
Assessoramento superior		1	2				
Funções gratificadas							
Totais (1+2)	1	9	9	9	4		

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos

ANEXO VII -

Quadro 6.1.1.3 - Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12

D	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade									
Descrição	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Provimento de cargo efetivo				3	11	15	4			
1.1. Servidores efetivos				3	11	15	4			
1.2. Servidores com contratos temporários										
2. Provimento de cargo em comissão						3				
2.1. Assessoramento superior						3				
2.2. Funções gratificadas										
3. Totais (1+2)				3	11	18	4			

Legenda

Nível de Escolaridade:

- 1 Analfabeto
- 2 Alfabetizado sem cursos regulares
- 3 Primeiro grau incompleto
- 4 Primeiro grau
- 5 Segundo grau técnico
- 6 Superior
- 7 Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-graduação
- 8 Mestrado
- 9 Doutorado / Pós-doutorado / PhD / Livre docência
- 10 Não classificada

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos

ANEXO VIII -

Quadro 8.4.1 - Balanço Orçamentário

Descrição	uro o.4.1 - Daian	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
RECEITAS CORRENTES PREVISTAS		42.390.537,29	42.390.537,29	40.772.381,96	
CONTRIBUIÇÕES		41.670.537,29	41.670.537,29	37.661.920,16	
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		0,00	0,00	84.209,50	
FINANCEIRAS		650.000,00	650.000,00	843.818,39	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		70.000,00	70.000,00	2.182.433,91	-2.112.433,91
TRANSFERENCIAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL PREVISTAS		0,00	0,00	513.352,70	-513.352,70
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS		0,00	0,00	102.500,00	-102.500,00
ALIENAÇÕES DE TÍTULOS E AÇÕES		0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS		0,00	0,00	410.852,70	-410.852,70
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS:		42.390.537,29	42.390.537,29	41.285.734,66	1.104.802,63
TOTAL GERAL:				41.285.734,66	
Descrição	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhada	Liquidada	Crédito Disponível
DESPESAS CORRENTES	36.805.000,00	39.375.937,2	29 38.097.922,42	35.731.256,38	1.278.014,87
PESSOAL E ENCARGOS	5.325.000,00	5.055.000,0	5.023.000,00	4.865.335,38	32.000,00
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	940.000,00	1.090.000,0	00 1.090.000,00	1.039.922,47	0,00
USO DE BENS E SERVIÇOS	26.535.000,00	29.555.937,2	29 28.421.922,42	26.277.998,53	1.134.014,87
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.000.000,00	3.670.000,0	3.563.000,00	3.548.000,00	107.000,00
DESPESAS JUDICIAIS	5.000,00	5.000,0	0,00	0,00	5.000,00
DESPESAS DE CAPITAL CRÉDITO DISPONÍVEL	5.585.537,29	3.014.600,0	2.681.976,00	2.521.381,40	332.624,00
INVESTIMENTOS	1.785.000,00	2.805.000,0	00 2.472.376,00	2.340.122,00	332.624,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,0	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,0	0,00	0,00	0,00

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	209.600,00	209.600,00	181.259,40	0,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIAS	3.800.537,29	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS:	42.390.537,29	42.390.537,29	40.779.898,42	38.252.637,78	1.610.638,87
SUPERÁVIT				3.033.096,88	
TOTAL GERAL:				41.285.734,66	

ANEXO IX -

Quadro 8.4.3 - Balanço Patrimonial

Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
ATIVO	56.916.110,49	54.510.791,99	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	56.916.110,49	54.510.791,99
ATIVO CIRCULANTE	11.238.184,45	9.368.910,51	PASSIVO CIRCULANTE	270.325,35	2.343.639,33
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.188.862,83	5.877.059,43	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR	86.923,92	76.528,92
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.188.862,83	5.877.059,43	PESSOAL A PAGAR	13.928,06	0,00
CAIXA	0,00	0,00	PESSOAL A PAGAR	13.928,06	0,00
FUNDO FIXO DE CAIXA	10.508,17	664,07	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	72.995,86	76.528,92
BANCOS CONTA MOVIMENTO	1.443.821,69	224.999,77	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	72.995,86	76.528,92
BANCOS CONTA ARRECADAÇÃO	14.046,51	9.544,06	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	183.401,43	1.650.953,91
BANCOS APLICAÇÃO FINANCEIRA	5.644.604,91	5.565.969,98	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	183.401,43	1.650.953,91
ADIANTAMENTOS	75.881,55	75.881,55	OBRIGAÇÕES FISCAIS DE CURTO PRAZO	13.249,34	15.921,14
CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	3.170.818,55	1.833.555,04	DEPÓSITOS CONSIGNÁVEIS	65.459,57	55.705,89
CRÉDITOS A RECEBER	3.170.818,55	1.833.555,04	FORNECEDORES/PRESTADORES PF/PJ	103.686,07	128.320,43
CRÉDITOS DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	OUTRAS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	1.006,45	1.451.006,45
PARCELAMENTO DE DÉBITOS	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	0,00	76.080,00

COTA PARTE	3.170.818,55	1.833.555,04	CONTAS A PAGAR	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO	878.503,07	1.658.296,04	CONTAS A PAGAR	0,00	0,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	271.465,11	264.620,32	TRANSFERÊNCIAS LEGAIS	0,00	0,00
ADIANTAMENTOS A PESSOAL	266.935,11	257.090,32	TRANSFERÊNCIAS LEGAIS	0,00	0,00
ADIANTAMENTOS A TERCEIROS	4.530,00	7.530,00	VALORES EM TRÂNSITO	0,00	76.080,00
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	0,00	0,00	VALORES EM TRÂNSITO	0,00	76.080,00
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	452.000,00	585.000,00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	452.000,00	585.000,00	PROVISÕES DE CURTO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	9.363,91	3.126,49	PROVISÕES TRABALHISTAS	0,00	0,00
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	9.363,91	3.126,49	PROVISÕES TRABALHISTAS	0,00	0,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	43.525,73	704.025,73	PROVISÕES TRABALHISTAS	0,00	0,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	43.525,73	704.025,73	PROVISÕES TRABALHISTAS	0,00	0,00
OUTROS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO A RECEBER	27.523,48	27.523,48	EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO	0,00	0,00
OUTROS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO A RECEBER	27.523,48	27.523,48	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	0,00	0,00
SUPRIMENTO DE FUNDOS A COMPROVAR	74.624,84	74.000,02	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	0,00	0,00
SUPRIMENTO DE FUNDOS A COMPROVAR	74.624,84	74.000,02	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
			RECEITAS ANTECIPADAS	0,00	540.076,50
			RECEITAS ANTECIPADAS	0,00	540.076,50
			RECEITAS ANTECIPADAS	0,00	540.076,50
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	45.677.926,04	45.141.881,48	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	5.636,49	156.685,99
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	32.702.479,11	32.353.054,20	DÍVIDA DE LONGO PRAZO	5.636,49	156.685,99
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	29.314.821,50	28.904.543,89	DÍVIDA DE LONGO PRAZO	5.636,49	156.685,99
PARCELAMENTO DE DÉBITOS	0,00	0,00	DÍVIDA INTERNA	5.636,49	156.685,99

COTA PARTE A RECEBER	25.766.821,50	25.356.543,89	DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00
DÍVIDA ATIVA	3.548.000,00	3.548.000,00	DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	3.387.086,41	3.447.939,11	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	3.387.086,41	3.447.939,11	PROVISÕES	0,00	0,00
DEPÓSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	571,20	571,20	PROVISÕES	0,00	0,00
DEPÓSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	571,20	571,20	PROVISÕES	0,00	0,00
INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	12.975.446,93	12.788.827,28			
INVESTIMENTOS	1.790,00	1.790,00			
INVESTIMENTOS	1.790,00	1.790,00			
IMOBILIZADO	12.973.656,93	12.787.037,28			
BENS MÓVEIS	9.244.482,68	8.435.110,68			
BENS IMÓVEIS	6.897.776,61	5.701.026,61			
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA (-)	-3.168.602,36	-1.349.100,01			
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	56.640.148,65	52.010.466,67
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	56.640.148,65	52.010.466,67
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	56.640.148,65	52.010.466,67
			PATRIMÔNIO SOCIAL	56.640.148,65	52.010.466,67
			RESULTADOS ACUMULADOS	56.640.148,65	52.010.466,67
			DO EXERCÍCIO	4.629.681,98	5.923.103,61
_			DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	52.010.466,67	46.087.363,06

ANEXO X -

Quadro 8.4.4 - Demonstrações das Variações Patrimoniais

Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	43.060.834,99	38.058.945,60	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	38.431.153,01	32.135.841,99
CONTRIBUIÇÕES	41.201.894,60	36.420.818,28	PESSOAL E ENCARGOS	6.077.818,40	5.312.744,82
CONTRIBUIÇÕES	41.201.894,60	36.420.818,28	PESSOAL E ENCARGOS	6.077.818,40	5.312.744,82
CONTRIBUIÇÕES	41.201.894,60	36.420.818,28	PESSOAL E ENCARGOS	6.077.818,40	5.312.744,82
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	474.210,09	267.451,91	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	2.828,00	476,10
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	474.210,09	267.451,91	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	2.828,00	476,10
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	474.210,09	267.451,91	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	2.828,00	476,10
FINANCEIRAS	843.818,39	786.104,05	USO DE BENS E SERVIÇOS	27.931.237,51	21.638.518,55
FINANCEIRAS	843.818,39	786.104,05	USO DE BENS E SERVIÇOS	27.931.237,51	21.638.518,55
FINANCEIRAS	843.818,39	786.104,05	USO DE BENS E SERVIÇOS	27.931.237,51	21.638.518,55
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	FINANCEIRAS	30.209,90	0,00
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	FINANCEIRAS	30.209,90	0,00
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	FINANCEIRAS	30.209,90	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS	3.548.000,00	4.857.007,70
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS	3.548.000,00	4.857.007,70
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS	3.548.000,00	4.857.007,70
			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	4.750,00	0,00
			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	4.750,00	0,00
			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	4.750,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	540.911,91	584.571,36	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUITIVAS	0,00	0,00
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	836.309,20	327.094,82
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	540.911,91	584.571,36	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUITIVAS	0,00	0,00

			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	836.309,20	327.094,82
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	540.911,91	584.571,36	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUITIVAS	0,00	0,00
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	836.309,20	327.094,82
			SUPERAVIT	4.629.681,98	5.923.103,61
			TOTAL:	43.060.834,99	38.058.945,60

ANEXO XI -

Quadro 8.4.2 - Balanço Financeiro

Ingressos Títulos	Valor	Dispêndios Títulos	Valor
RECEITA ORÇAMENTARIA	41.285.734,66	DESPESA ORÇAMENTARIA	38.252.637,78
RECEITAS CORRENTES REALIZADA	40.772.381,96	DESPESAS CORRENTES LIQUIDADAS	35.731.256,38
RECEITAS DE CAPITAL REALIZADAS	513.352,70	DESPESAS DE CAPITAL LIQUIDADAS	2.521.381,40
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA	92.789.325,81	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	94.510.619,29
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	397.967,07	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	404.811,86
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	0,00	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	6.237,42
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	676.500,00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	16.000,00
PESSOAL A PAGAR	5.480.958,37	PESSOAL A PAGAR	5.467.030,31
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	1.221.556,82	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	1.225.089,88
OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	32.783.605,38	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	34.251.157,86
CONTAS A PAGAR	2.630,50	CONTAS A PAGAR	2.630,50
VALORES EM TRÂNSITO	52.225.272,26	VALORES EM TRÂNSITO	52.301.352,26
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	AJUSTE FINANCEIRO	834.613,16

AJUSTE FINANCEIRO	0,00	DEMAIS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	1.696,04
BAIXA DIVIDAS PASSIVAS	835,41	BAIXA DIVIDAS PASSIVAS	0,00
DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	5.877.059,43	DISPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	7.188.862,83
TOTAL GERAL	139.952.119,90	TOTAL GERAL	139.952.119,90

ANEXO XII -

Quadro 8.4.5 - Fluxo de Caixa

Descrição	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades das Operações	3.319.832,10	5.530.432,64
		_
Ingressos	133.561.707,77	122.179.819,26
Receitas	40.772.381,96	37.243.255,74
Receitas de Contribuições	37.661.920,16	35.812.381,89
Exploração de Bens e Serviços	84.209,50	3.093,17
Financeiras	843.818,39	786.104,05
Outras Receitas Correntes	2.182.433,91	641.676,63
Transferencias Correntes	0,00	0,00
Recebimentos Extra-Orçamentários	92.789.325,81	84.936.563,52
Describalism	120 241 975 (7	117 (40 297 (2
Desembolsos	130.241.875,67	116.649.386,62
Despesas	35.731.256,38	31.067.560,67
Pessoal e Encargos	4.865.335,38	4.373.136,28
Benefícios Assistenciais	1.039.922,47	879.889,59
Uso de Bens e Serviços	26.277.998,53	20.956.527,10
Financeiras	0,00	0,00
Transferencias Correntes	3.548.000,00	4.857.007,70
Tributárias e Contributivas	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	1.000,00
Pagamentos Extra-Orçamentários	94.510.619,29	85.581.825,95
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações	3.319.832,10	5.530.432,64
		<u> </u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	-2.008.028,70	-3.316.709,13
Ingressos	513.352,70	341.912,17
Operações de Crédito Internas	0,00	267.990,00
Alienações de Bens	102.500,00	66.000,00
Alienações de Títulos e Ações	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos Concedidos	410.852,70	7.922,17
Transferências de Capital	0,00	0,00
Desembolsos	2.521.381,40	3.658.621,30
Describuisos	2.521.361,40	3.030.021,30

Aquisição de Ativo Não Circulante	2.340.122,00	2.047.317,29
Amortização/Refinanciamento da Dívida	0,00	1.500.000,00
Transferências de Capital	181.259,40	111.304,01
Fluxos de Caixa Líquido das Atividades de Investimento	-2.008.028,70	-3.316.709,13
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	1.311.803,40	2.213.723,51
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	5.877.059,43	3.663.335,92
Caixa e Equivalente de Caixa Final	7.188.862,83	5.877.059,43